

TÍTULO DO TRABALHO			
ESTADO, APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA E EMPRESARIADO: o caso do instituto de pesquisas e estudos sociais (ipes)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Elaine de Almeida Bortone	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	doutoranda
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A comunicação tem como objetivo analisar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES foi um aparelho privado de hegemonia que preparou diversificadas ações para desestabilizar e depor o presidente João Goulart (1961-1964).</p> <p>Criado em 1961, o IPES buscou constituir uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil. Conquistou uma posição de liderança na organização de uma ação política, por meio de uma rica e sofisticada campanha ideológica, para construir a hegemonia na sociedade, alterar as bases estruturais governamentais do país e assegurar a conquista do Estado.</p> <p>Após 1964, a classe empresarial passa a dirigir o Estado. Ocupou os cargos mais importantes nos ministérios, na administração pública e nas empresas estatais, as quais se tornaram a caixa de ressonância do IPES. De posse destes cargos, controlaram a sociedade política e determinaram reformas e políticas públicas de acordo com os interesses do grande capital. Transformou, enfim, o Estado econômica, política e socialmente em um instrumento exclusivo do poder burguês.</p> <p>É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe, resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais e organizações de classe tornam-se autoridade. É neste sentido que se pode falar de uma classe 'vir a ser' Estado.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
IPES, Estado ditatorial, empresas estatais federais			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The communication has purpose to analyze the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). The IPES is a private apparatus of hegemony have prepared diversified actions to destabilize and overthrow President João Goulart (1961-1964).</p> <p>Created in 1961, the IPES sought to establish an internal cohesion of the most internationalized fraction of the business in Brazil. Won a leading position in organizing political action, through a rich and sophisticated ideological campaign to build the hegemony in society, changing government structural bases of the country and ensure the state's achievement.</p> <p>After 1964, the business class happens to run the state. He occupied the most important positions in the ministries, public administration and state enterprises, which have become the IPES resonance box. With these positions, controlled the political society and determined reforms and public policies according to the interests of big capital. He turned, finally, the economic state, politically and socially in a unique instrument of bourgeois power.</p> <p>In this sense, one can understand the state as a class construct, resulting from a process in which class-specific values become social norms and class organizations become authority. It is in this sense that one can speak of a class 'become' state.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
IPES, dictatorial state, federal state enterprises			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado, lutas de classes			

ESTADO, APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA E EMPRESARIADO: O CASO DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES)

ELAINE DE ALMEIDA BORTONE¹

Introdução

A comunicação tem como objetivo analisar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um aparelho privado de hegemonia que preparou diversificadas ações para conspirar contra João Goulart (1961-1964), e o Estado, no governo do Castello Branco (1964-1967), quando frações da classe empresarial, ligada ao Instituto, obtiveram seu controle.

O IPES foi criado, em 1961, por empresários nacionais e internacionais, tecnoempresários e militares de alta patente, em especial da Escola Superior de Guerra (ESG), que, com o apoio financeiro do governo norte-americano buscou constituir uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil. O Instituto conquistou uma posição de liderança na organização de uma ação política para construir a hegemonia na sociedade, alterar as bases estruturais governamentais do país e assegurar a conquista do Estado.

O IPES surgiu em momento de crise social e política com a renúncia do presidente Jânio Quadro e a subida ao poder do vice-presidente João Goulart. Goulart não era bem visto por um grupo de militares das Forças Armadas e por uma fração de empresários desde 1953, quando foi ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) e defendeu o aumento de 100% para os trabalhadores que recebiam o salário mínimo (STARLING, 1986). Era reconhecido como agitador e comprometido com interesses populares e comunistas.

O IPES se declarou uma “entidade apolítica”² e se auto definiu como “Estado-Maior”³. No seu Estatuto⁴, o Instituto se apresenta como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos”.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e bolsista da CAPES.

² Documento do IPES: O que é o IPES, p. 2, s/d.

³ Ata do IPES da Reunião Conjunta Rio/SP de 03.04.64.

⁴ Estatutos do IPES, 1963.

Pretendia o “fortalecimento do regime democrático do Brasil” por meio de uma ação que consistia em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções.

Mas ocultou seus verdadeiros propósitos: inicialmente manipular e convencer a opinião pública contra o governo de João Goulart; e, posteriormente, agir para depor o presidente e, assim, obter o controle do Estado.

Para tal fim, o IPES organizou uma ação política, por meio de uma rica e sofisticada campanha ideológica, para alterar as bases estruturais governamentais. Simultaneamente, como tática defensiva e ofensiva, e já pensando em um novo Estado, formulou e difundiu projetos de governo e anteprojetos de reformas de base para salvaguardar e consolidar suas posições na direção política e ideológica da sociedade.

Os intelectuais orgânicos do IPES foram os responsáveis pelo planejamento estratégico e pela implantação da ação política. Tinham as funções de dirigir ideias e aspirações e impor a cultura da classe à qual pertenciam organicamente. Segundo os princípios teóricos de Antonio Gramsci, os intelectuais orgânicos possuem a capacidade de organizar a sociedade em geral, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador da nova cultura, de um novo direito, etc, etc (GRAMSCI, 2014, p. 21).

Para serem mais abrangentes no seu propósito, os ipesianos se articularam com políticos aliados para bloquearem medidas e terem seus anteprojetos aprovados. Jorge Oscar de Mello Flores foi o responsável para fazer “assessoria forte e eficiente em Brasília” e acompanhar as atividades legislativas. Atuou no Senado e na Câmara para obter informes autênticos para melhor prejudicar os rumos da política governamental e para buscar apoio dos

parlamentares para os seus projetos.⁵ Segundo Glycon de Paiva Teixeira, o IPES “subvencionará e Flores agirá”.⁶

O Estado, pré-1964, tornou-se um campo de disputa em cujo interior os detentores do capital lutaram pelo poder sobre o Estado e sua reprodução. Foi o momento em que as ideologias geradas por frações da classe empresarial se prevaleceram, se impuseram e se irradiaram por toda a sociedade.

Com o golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, foi implantada uma ditadura que estava a serviço do grande capital. A composição militar-empresarial controla em definitivo as rédeas da máquina gerencial-estatal “erigindo um formidável aparato de Estado para sustentar seu monopólio do poder” (ALVES, 2005, p. 31). Grande quantidade de associados e parceiros do IPES ocupou cargos determinantes nos ministérios⁷, na estrutura administrativa, nas autarquias, nas empresas estatais federais, os quais se tornaram a caixa de ressonância do Instituto.

Nas suas funções, os ipesianos criaram políticas públicas; implantaram reformas, a maioria criada pelo IPES no período de 1961-1964;⁸ intervieram na economia; estimularam a iniciativa privada; incitaram o capitalismo atrelado ao capital internacional; reprimiram quaisquer ameaças de oposições operárias ou populares e transformaram, enfim, o Estado econômica, política e socialmente em um instrumento exclusivo do poder burguês.

É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe, resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais e organizações de classe tornam-se autoridade. É neste sentido que se pode falar de uma classe ‘vir a ser’ Estado.

Este comportamento de frações da classe empresarial, de infiltrar no Estado e operar em seu benefício, é freqüente no Brasil desde o início do século XX, precisamente com a industrialização, a urbanização e a criação do sistema capitalista. Enquanto ator político, o

⁵ Ata do IPES Comitê Executivo de 08.04.63.

⁶ Ata do IPES Comitê Executivo Rio/SP de 22.01.63.

⁷ Uma lista completa dos quadros de ipesianos que exerceram postos de comando no governo Castelo Branco encontra-se em René Armand Dreifuss, *1964 - A conquista do Estado*. A título de exemplificação, pode-se citar alguns Ministérios ocupados por sócios e parceiros do IPES: Ministério da Saúde – Raimundo de Moura Brito; Ministério da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Pedro Aleixo, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão; Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Milton Campos, Juracy Montenegro Magalhães e Men de Sá; Ministério das Minas e Energia – Mauro Thibau; Ministério da Ind. e Comércio – Daniel Agostinho Faraco e Paulo Egídio Martins; Ministério da Agricultura – Oscar Thompson Filho, Nei Aminthas de Barros Braga e Severo Fagundes Gomes; Ministério da Fazenda – Octávio Gouvêa Bulhões; Ministério do Planejamento – Roberto de Oliveira Campos; Ministério do Trabalho e Previdência Social – Arnaldo Sussekind e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva etc.

⁸ Minha dissertação de mestrado intitulada “A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)” mostra a criação da Reforma Administrativa a partir do anteprojeto de reforma administrativa do IPES.

empresário foi “capaz de fazer escolhas e de intervir na ação governamental, seja por intermédio da influência sobre decisões de seu interesse, seja exercendo seu poder de resistência ou de veto” (DINIZ, 1994, p. 202).

Desde então, verifica-se empresários atuando no apoio a diferentes governos e regimes políticos, mostrando sua capacidade de mobilização, articulação, manipulação e de participação política na defesa das ideias liberais, dos lucros crescentes, da propriedade privada, do êxito capitalista e contra o comunismo e o socialismo, representado pela “tradição centralista do Estado, pelas formas dominantes de articulação Estado-sociedade, pelo padrão de incorporação de atores estratégicos ao sistema político e pelo modelo de presidencialismo implantado” (DINIZ, 1994, p.198).

A partir dos anos 50, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) criou uma política de desenvolvimento industrial aliada ao capital externo. Neste período, o cientista político René Dreifuss (2006) identifica a grande presença dos interesses multinacionais e associados crescendo de maneira rápida e estável, que expressavam seus interesses através de escritórios de consultoria tecno-empresarial.

Com esta internacionalização da economia brasileira, os executivos das multinacionais passam a participar de instituições nacionais e “integram as diretorias da FIESP⁹ – CIESP¹⁰, dirigindo seus departamentos técnicos e os sindicatos de classe impondo cada vez mais seus interesses particulares” (LEOPOLDI *apud* BASTOS, 2010, p. 45). Todo este movimento deu origem a uma organização sócio-política do capital multinacional e associados que produziu as bases do IPES, em 1961, para conspirar contra o governo Goulart.

O Estado ditatorial (1964-1967)

Com o golpe de Estado de 1964 e a instauração do regime ditatorial, sob a tutela das Forças Armadas, com o presidente Castello Branco no poder, retoma-se a unificação entre a ação governamental e a vontade empresarial, inexistente desde o governo Juscelino Kubitschek. Configura-se um espaço econômico que favorece a iniciativa privada e o capital de que ela necessita para crescer e salvaguardar os seus interesses e vantagens.

Os objetivos imediatos do primeiro governo ditatorial consistiam em reprimir e expurgar as pessoas politicamente ligadas ao governo de Goulart e em se legitimar através de inúmeros Decretos-Lei e Atos Institucionais, que formaram a estrutura do Estado.

⁹ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

¹⁰ Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Com os expurgos, militares e civis, que haviam contribuído com os trabalhos do IPES para derrubar Goulart, ocuparam os cargos mais importantes e determinantes nos ministérios, administração e nas empresas estatais, assegurando o rumo do Estado por uma via capitalista e os interesses econômicos e políticos de uma fração da burguesia.

Conforme Gramsci

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2000, p. 41-42).

A discussão do trabalho encontra-se na esfera do Estado capitalista. A concepção de Estado capitalista, para o grego Nico Poulantzas, surge a partir das transformações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas, que implicaram em modificações no campo da dominação política.

O Estado capitalista não é uma entidade intrínseca, mas é produto da luta de classes, “uma relação, mais exatamente, uma condensação material da relação de conflitos entre classes e frações de classes” (POULANTZAS, 1978, p. 147). O Estado representa e organiza o interesse político do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas, provenientes de diferentes modos de produção, presentes na formação social capitalista (POULANTZAS, 1978).

Mas é preciso abandonar a ideia do Estado como um dispositivo unitário e homogêneo. Existem contradições entre as frações do bloco no poder, apesar da dominação política. Portanto, o Estado é “um campo e um processo estratégico onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens um em relação aos outros” (POULANTZAS, 1978, p. 157).

O domínio, o poder e a liberdade de ação dos ipesianos na estrutura do Estado foram de tamanha grandeza que perpassaram por distintos setores e cargos, e, em alguns casos, acumularam diferentes funções; além de nomearem e indicarem pessoas provenientes de sua rede de conhecimento, que estavam imbuídos com o mesmo objetivo, para diversas direções administrativas.

Segundo Poulantzas, a unidade dominante constitui o “cimento interno” dos aparelhos do Estado, o que torna possível trocar de ocupações.

O Estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico. (POULANTZAS, 1978, p. 160)

O bloco de poder, liderado pelo IPES, não se estabeleceu apenas no aparelho dominante, mas também em todos os aparelhos do Estado, tornando-se a sede privilegiada dos interesses hegemônicos. O Estado, portanto, expressou a supremacia e unidade do IPES e passou a ter uma autonomia “relativa”. De acordo com Poulantzas (1978), o Estado com autonomia relativa “reorganiza a hegemonia e o bloco de poder”.

Para mostrar o controle do Estado pelo IPES, explanarei sobre a predominância de ipesianos nas empresas estatais federais no setor financeiro. O levantamento parcial faz parte da minha pesquisa de doutorado, que busca selecionar as empresas, de diferentes segmentos, que têm sócios e parceiros do Instituto na presidência, vice-presidência, diretoria e conselhos, com a finalidade de apontar a hegemonia de uma fração da burguesia no seio do Estado, determinando seu rumo e representando não só seus interesses econômicos e políticos, como de toda a burguesia.

A classe empresarial na direção das empresas estatais federais

Como já discutido, a predominância dos associados e colaboradores do IPES, em posições chaves do governo, não se deu só na administração e ministérios; ocuparam, também, a direção de diversas empresas estatais federais, de economia mista, de autarquias e de fundações. Com isto, o Instituto ficou enraizado no aparelho do Estado assegurando o seu poder econômico e político.

As empresas estatais expandiram sua atuação para manter a política de crescimento econômico e atender as empresas privadas. Estavam espalhadas nos setores de energia, transporte, comunicações, indústria de transformação (petroquímicas e fertilizantes), financeiras e outros serviços.

Antes de avançar nas análises das empresas é necessário esclarecer que os civis eram empresários, banqueiros e tecnoempresários, profissionais, de diversas áreas, que atuavam em cargos de diretoria, em diferentes empresas privadas nacionais e internacionais, os quais proporcionaram total apoio político e exerceram pressões na conspiração por meio de suas posições.

O termo tecnoempresário foi cunhado por René Dreifuss para designar o conjunto de escritórios especializados em serviços técnicos de engenharia, consultoria tecnojurídica e técnico-administrativa, constituindo-se como agências privadas de consultoria tecnoempresarial prestadora de serviços tanto para empresas particulares quanto para órgãos estatais.

Para melhor entender a relação das empresas e seus dirigentes, é preciso elucidar alguns pontos. Na tabela só foi disponibilizados os administradores ligados ao IPES. Com relação ao tipo de empresa e ao ministério que era vinculada, foram usados a classificação e o vínculo ministerial empregado naquela época, já que posteriormente alguns foram alterados. Da mesma forma, as datas de existência foram registradas enquanto eram empresas estatais, visto que, antes ou depois, algumas eram privadas. Com relação à data de atuação de cada dirigente, é pertinente destacar que, em função da dificuldade em conseguir as datas precisas de posse e saída, fundamentalmente das empresas que não existem mais, indiquei a data do período estudado, 1964-1967. Pode acontecer de algum administrador ter entrado anteriormente ou ter saído posteriormente.

Setor financeiro

A equipe econômica do governo de Castello Branco fez uma reforma bancária para criar mecanismos que aumentassem a capacidade de captação de recursos e atendessem o novo padrão de acumulação que exigia a centralização de volumes de capital para financiamentos. A reforma, portanto, “foi a chave na conformação de um esquema de financiamento congruente com a nova estrutura e propriedade do Capital” (BRISO, 2008, p. 57).

A Reforma implantada foi inspirada no anteprojeto de Reforma Bancária criado pelo IPES. Para a sua elaboração, o Instituto contou com a participação de banqueiros, pois, segundo o ipesiano Glycon de Paiva Teixeira, “eles queriam estar presentes e defender seus interesses.”¹¹

A lei nº 4.595/1964 transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em Banco Central do Brasil (BCB), e o seu antigo Conselho em Conselho Monetário Nacional (CMN). O BCB foi criado com as mesmas funções outorgadas ao Banco do Brasil (BB), em 1945, como “agente executivo das decisões do Conselho da SUMOC”.

Anteriormente, o BB e a SUMOC exerciam diversas funções típicas de BC. Com a necessidade de se aprimorar o controle do crédito no Brasil começou-se a pensar, em 1931, com a visita do diretor do Banco Central da Inglaterra, Otto Niemeyer, na criação de um BC. Depois de várias tentativas, em 1964 foi criada uma comissão extraparlamentar, formada por ipesianos,¹² para desenvolver um anteprojeto para a criação do BC. Em 31 de dezembro de 1964, foi promulgada a Lei 4.594 para a criação do BC, que passou a ter a competência de três instituições: SUMOC, BB e Tesouro Nacional (BRISO, 2008).

O BB, apesar de ter tido suas funções restringidas, não perdeu todas as atribuições de autoridade monetária que lhe competiam. Cabia-lhe, além das funções normais de financiamento ao comércio, à indústria e à agricultura, as funções de adquirir e financiar estoques de produção exportável; executar as políticas de preços mínimos dos produtos agropecuários; administrar o serviço da dívida pública consolidada; arrecadar os depósitos voluntários de instituições financeiras e prestar os serviços de “câmara de compensação de cheques”.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) teve suas aplicações reorientadas para o setor privado. Para tal, constituiu fundos específicos de financiamento para a indústria de transformação, tais como o Fundo Tecnológico (FUNTEC), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) e o Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME). O Banco de Crédito da Amazônia passou a operar no financiamento de projetos da

¹¹ Ata do IPES Comitê Diretor, de 03.04.62

¹² Octávio Gouvêa de Bulhões, Dênio Nogueira, Jorge Oscar de Mello Flores (ex-Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara), Orlandy Rubem Correia (ex-Diretor do BB, Diretor do Banco Português e ex-Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara), João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho (Deputado Federal pela UDN, proprietário do Banco Aliança e membro da Diretoria do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara) e Hélio Vianna (Inspetor de Bancos da SUMOC e membro da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara - FIEGA)

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) a fornecer créditos aos cooperados rurais.

Por fim, o Banco Nacional de Habitação (BNH) tinha como objetivos “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.”¹³ Foi criado pela Lei nº 4.380 a partir de um projeto da empresária e parceira do IPES Sandra Martins Cavalcante. Em 1966, foi cunhado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), inspirado em um projeto preparado por uma equipe do IPES.¹⁴ O FGTS, que acabou com a estabilidade do trabalhador após dez anos de serviço, foi canalizada para o BNH. A parceria FGTS/BNH “apoiou o grande surto da construção civil” (GORENDER, 1982, p. 103), que beneficiou os empresários do ramo.

A tabela a seguir mostra as empresas estatais do setor financeiro e os seus respectivos dirigentes ipesianos.

NOME	VÍNCULO ÓRGÃO	PRESIDENTE	DIRETOR	CONSELHEIRO
Superint.da Moeda e do Crédito (SUMOC) - 1945-1965- Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Octávio Gouvêa de Bulhões Vice-presidente: Luis de Moraes Barros	Dênio Chagas Nogueira Casimiro Antônio Ribeiro; Luiz Biolchini; Aldo Baptista Franco da Silva Santos; Daniel Faraco; Roberto de O. Campos; João Gonçalves de Souza; José Garrido Torres (1964-65)	
Banco Central do Brasil (BCB) -1964- Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Dênio Chagas Nogueira (1965-67)	Casimiro Antônio Ribeiro (1965-67); Luiz Biolchini (1965-66); Aldo Baptista Franco da Silva Santos (1965-67); Antonio Abreu Coutinho (1965-67); Germano de Brito Lyra (1965-67)	

¹³ Lei nº 4 380/64 de 21 de agosto de 1964.

¹⁴ Formado por João Baylongue, José Duvivier Goulart e José Marques, os militares Heitor de Almeida Herrera e Francisco César Cardoso Mangliano. Segundo Roberto Campos (1994), o FGTS foi criado por um Grupo de Trabalho formado por ele e por Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (IPES - presidente do BNH e depois ministro do Trabalho), Mário Trindade (IPES - diretor do BNH), que foi auxiliado por João Lyra Madeira (IBGE), José Américo Peón de Sá (IRB) e pelos advogados Hamilton Nogueira Filho e Edgar Porto Ramos. Dreifuss (2006) acrescenta que ainda faziam parte da equipe Mário Henrique Simonsen, contribuinte e parceiro do IPES, José Américo León de Sá (Banco Bozzano Simonsen, de propriedade de Mário Henrique Simonsen), o também os *ipesianos* empresários Moacyr Gomes de Almeida (Gomes de Almeida Imóveis) e Jayme da Silva Menezes (Delphos Tecnologia em Seguros).

Conselho Monetário Nacional (CMN) - 1964	Banco Central do Brasil	Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Roberto de O. Campos (1964-67); Luiz de Moraes Barros (1964-67); José Garrido Torres (1964-67); Daniel Agostinho Faraco (1964-66); Paulo Egydio Martins (1966-67)	
Banco Nacional de Desenv. Econômico (BNDE) - 1952-Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	José Garrido Torres (1964-67)	Genival de Almeida Santos (1964-65); Alberto do Amaral Osório (1964-67); Antonio Carlos Pimentel Lobo (1966-67); Jayme Magrassi de Sá (1964-67); Hélio Schlitter Silva (1964-67)	Alberto do Amaral Osório (1964); Sebastião Sant'Ana e Silva (1964); Álvaro Gonçalo (1965-66); Americano de O. e Souza (1960-68); Edmundo Falcão da Silva (1964-67); Luiz Alberto Bahia (1963-66); Raul Fontes Cotia (1957-70); Antonio Bastos (1966-72)
Fundo Tecnológico (FUNTEC) - 1963	BNDE	Antonio Carlos P. Lobo (1965); Hélio Schlitter Silva (1966); Jayme Magrassi de Sá (1967)		
Financiadora de Est. e Projetos (FINEP) - 1965-Empresa pública	BNDE	Francisco Manoel de Mello Franco (1967-71)		
Financ. à Peq. e Média Empresa (FIPEME) – 1965 – Empresa pública	BNDE	Hélio Schlitter Silva (1964-67)		
Fundo de Financ. para Aquisição de Máq. e Equip. Industrial - (FINAME) - 1964-Empresa pública	BNDE	José Garrido Torres (1964-67)	Genival de Almeida Santos (1966); Alberto Amaral Osório (1966-67); Ary Burger (1966-67); Justo Pinheiro da Fonseca (1966-67); José Luiz Moreira de Souza (1966-67); Edmundo Falcão da Silva (1966-67); Einar Alberto Kok (1966-67)	
Dep. Nac. de Seg. Privados e Capitalização (DNSPC) - 1934-66-Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)		José Cândido Almeida dos Reis (1964); Américo Matheus Florentino (1965)	

Banco Nacional de Habitação (BNH) – 1964-89 - Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Sandra Cavalcanti (1964-65);vice-presidente Carlos Eduardo Paladini Cardoso (1964-65);Luiz Gonzaga do Nascimento (1965-66); Mário Trindade (1966-71)	Arnaldo Walter Blank (1965); José Eduardo de Oliveira Penna (1966-69); Maércio Lemos de Azevedo (1965); Fernando Machado Portela (1965); Hélio Beltrão (1965); Mário Trindade (1965)	Fernando Machado Portela (1966-74); Paulo Accioly de Sá (1964-66); Henrique Capper Alves de Souza (1965); João Fortes (1964-79); Nylton Velloso (1964-74); Mário Henrique Simonsen (1965-74)
Banco Nac. de Crédito Cooperativo (BNCC) – 1951			José AmanajásTocatins (1965-66)	
Caixa Econômica Federal (CEF)- Empresa pública	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)		PROJETO DE Martinho Prado Uchoa, Plínio de Queiroz, Alcides da Costa Vidigal e Herbert Levi	Arnaldo Walter Blank (CEF Rio) (1964-65); Joviano Rodrigues Moraes Jardim (1965)
Banco de Crédito da Borracha Banco da Amazônia S/A (1966) (BASA)- Economia mista	Min. da Justiça e Neg.Interiores Milton Campos (1964-65); Luis VianaFº (1965); Juracy Magalhães (1965-66); Mem de A. Sá (1966); Luis Viana Fº (1966); Carlos Medeiros Silva (1966-67)		Nelson de Figueiredo Ribeiro (1964)	
Banco do Brasil S/A (BB)– 1808 - Economia mista	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Arnaldo Walter Blank (1964); Luiz de Moraes Barros (1964-67)	Aldo Baptista Franco da Silva Santos (1965-66); Casimiro Antonio Ribeiro (1964-65); Ernane Galveas (1966-67); Genival de Almeida Santos (1967); Hugo de Araújo Faria (1964); Juvenal Osório Gomes (1964); Luiz Biolchini (1965-66); Nestor Jost 1961-67); Paulo Konder Bornhausen (1965-67); Severo Fagundes Gomes (1965-66); Claudio Pacheco Brasil (1964)	

Fonte: Tabela feita pela autora

O sistema financeiro de um país é formado por um conjunto de instituições financeiras que criam e controlam medidas que dizem respeito à circulação de moeda e de créditos. As instituições têm, ainda, as funções de supervisionar o funcionamento de todas as instituições ligadas às atividades econômicas; administrar a canalização da poupança para o investimento no mercado financeiro, através da compra e venda de produtos financeiros; e intermediar os agentes econômicos.

Determinantes em assuntos econômicos do Estado, as empresas do setor financeiro foram controladas por ipesianos que criaram mudanças e normas em benefício de sua classe.

Com a extinção da SUMOC e a criação do BCB, em 1965, os dirigentes da primeira passam a compor a estrutura da nova autarquia. O economista Dênio Chagas Nogueira, que atuou no IPES-Rio e participou ativamente na conspiração para derrubar Goulart, tornou-se presidente do BCB e membro do CMN. O empresário Casimiro Antonio Ribeiro assumiu a Carteira de Redesconto do BB e foi membro do CMN. Ao deixar o posto, tornou-se diretor do BCB até 1967. O tecnopresário Aldo Baptista Franco da Silva Santos, simultaneamente, ocupou os cargos de diretor do BCB e do BB e membro do CMN. O BCB ainda tinha na sua composição Hélio Marques Vianna, parente de D. Argentina, esposa falecida do presidente Castello Branco.

O banqueiro Luis de Moraes Barros (Banco Sul Americano) foi presidente do BB e diretor do CMN. O CMN ainda incluía como membros os seguintes ipesianos: o empresário Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (1965-1973), Luiz Biolchini (1965-1966), Antonio de Abreu Coutinho (1966-1967), Ruy de Castro Magalhães (1965-1972), Antonio Delfim Neto (1965), José Bonifácio Coutinho Nogueira (1965) e Obregon de Carvalho (1965).

O vice-presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro, Genival de Almeida Santos, acumulou três funções no mesmo período: diretor do BNDE, do FINAME e do BB. Alberto do Amaral Osório, parente do ipesiano Antonio Carlos do Amaral Osório, foi diretor e membro do BNDE e diretor do FINAME. Antonio Carlos Pimentel Lobo tornou-se o primeiro presidente do FUNTEC, posteriormente diretor do BNDE. O diretor do Banco da Bahia, Jayme Magrassi de Sá, virou, primeiramente, diretor do BNDE e, na sequência, presidente do FUNTEC. Hélio Schlitter Silva, da mesma forma, passou pelas duas posições. Edmundo Falcão da Silva teve o cargo de conselheiro do BNDE e de diretor do FINAME. José Garrido Torres, líder do IPES-Rio, exerceu, ao mesmo tempo, três funções: diretor do BNDE e do CMN e presidente do FINAME.

Arnaldo Walter Blank foi diretor do BNH e conselheiro da CEF-Rio. Após a saída de Sandra Cavalcanti da presidência do BNH, as Caixas Econômicas entraram no Sistema Financeiro da Habitação. No BNH, o empresariado financeiro e do setor imobiliário são incorporados em posições decisórias. O banqueiro Fernando Machado Portela (Banco Boa Vista) atuou na direção e, posteriormente, no conselho. O financista, proprietário da ECONOMISA - Economia Crédito Imobiliário S/A, Nylton Velloso e o banqueiro Mário Henrique Simonsen foram conselheiros.

Os demais ipesianos, disponibilizados na tabela, não perpassaram por outras empresas no setor financeiro, mas alguns dirigiram empresas estatais em diferentes setores, ainda no período de 1964-1967. Luiz Gonzaga do Nascimento assumiu a presidência do BNH e, nos anos 1966 e 1967, foi Ministro do Trabalho. João Gonçalves de Souza teve seu nome indicado pelo ministro do Planejamento, o ipesiano Roberto Campos, para a presidência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre 1964-1966. Daniel Agostinho Faraco, além de diretor da CMN, assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio (1964-1966).

Paulo Accioly de Sá esteve na presidência do Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), de 1962 a 1968. Mário Trindade atuou como diretor da Companhia Siderúrgica Paulista em 1964. Proprietário da maior fazenda produtora de leite do país, Severo Fagundes Gomes, diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, no cargo, com autorização do ministro da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões, reformulou as diretrizes do Banco com relação ao crédito agrícola. No período de 1966-1967 assumiu a pasta de ministro da Agricultura.

A presença de ipesianos na estrutura do Estado, ligados uns aos outros por participações mútuas, permitiu não só colocarem suas empresas nas melhores condições, como também usarem sua influência para auxiliar sua classe. Um caso emblemático foi o do diretor do Banco do Brasil, Nestor Jost.

Jost, em 1961, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) no BB, função que desempenhou até 1967. No posto, ampliou o acesso e facilidades de concessão de crédito agrícola e industrial, sobretudo ao setor agropecuário, e promoveu a simplificação das formalidades para a obtenção de financiamentos. Em 1967, substituindo o banqueiro Luis de Moraes Barros, foi nomeado para a presidência do Banco.

Em janeiro de 1965, Nestor Jost foi investigado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) por irregularidades na concessão de empréstimos de favor “contra pareceres técnicos e critérios de instruções vigentes”, no exercício de sua função. Para os clientes sem direito a crédito, concedeu o total de Cr\$ 846,7 milhões, e para os clientes com créditos superiores aos regulamentares, outorgou Cr\$ 926,6 milhões.¹⁵

¹⁵ Presidência da República – Conselho de Segurança Nacional. Ofício nº 001/GAB/3001/64 de 02/01/65. Do Cel. Chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para Gen. Secretário-Geral do CSN – Chefe do Gabinete Militar.

No ofício do CSN constam 119 empresas beneficiadas, dentre elas algumas contribuíram com o IPES. A Química e Farmacêutica Mauricio Villela S/A, de propriedade de Mauricio Libanio Villela, associado do IPES-Rio, fez uma proposta de empréstimo junto ao BB de 30 milhões, e, conforme os critérios e instruções vigentes, foram deferidos 27,5 milhões, mas o diretor do Banco aprovou os 30 milhões.

A Braseixos Rockwell S.A. instou 30 milhões; apesar de recusado, Jost abonou o valor solicitado. A Cobrasma S.A. Indústria e Comércio, da qual a Braseixos era subsidiária, foi fundada, em 1944, por Gastão Eduardo Bueno Vidigal, líder do IPES-SP e membro do CMN, no período de 1965-1973. A Braseixos foi uma *joint venture* com a North American Rockwell, cujo proprietário, David Willard Rockwells, tinha 50% da empresa brasileira. Luiz Eulálio Bueno Vidigal, filho de Gastão Vidigal, tomou a frente das empresas. Na temporada de 1963 a 1966, Luiz Eulálio foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

A Paraopeba Industrial S.A. teve concedidos 20 milhões de empréstimo, mesmo tendo sido aprovados apenas 15 milhões. Em 1964, Luiz Antonio Gonzaga e Caetano Nascimento, da Paraopeba, participaram de uma reunião de conspiração organizada pelo general Guedes (DREIFUSS, 2006).

A Usabra Indústria e Comércio S/A, da mesma forma solicitou Cr\$ 54.854,40, teve deferidos 7 milhões, mas foram liberados 15 milhões de empréstimo, e a Produtos Farmacêuticos Vicente Amato Usafarma S.A. requereu 50 milhões, que lhes foram recusados, mas teve aprovados 18 milhões. Segundo Dreifuss (2006), ambas as empresas contribuíram com o IPES através do Centro Industrial do Rio de Janeiro, que constituía uma das mais importantes fontes financeiras.

A empresa Cia Swift do Brasil recebeu 200 milhões de empréstimo, depois de solicitar 1 milhão e ser indeferido. Conforme Dreifuss (2006), Richard John Dolan e Francis Lansdale Hebert, da Swift, eram membros ativos do American Chamber of Commerce, um dos focos de pressão política onde predominavam os interesses multinacionais e associados.

A Indústria Romi S/A pertenceu a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas (ABDIB), que tinha como objetivo “orientar o planejamento e distribuição de serviços para as indústrias associadas através de contatos com os poderes estatais e empresas estrangeiras” (DREIFUSS, 2006, p. 107-108). A ABDIB fez parte do Grupo Executivo da Indústria Mecânica (GEIMAPE), estabelecendo-se como uma associação de classe dentro do aparelho do Estado (DREIFUSS, 2006). Em 1965, o Grupo passou a chamar-

se GEIMEC, e teve o ipesiano Alberto Tangari como secretário executivo. A Romi pediu 500 milhões de empréstimo, valor este que foi indeferido, mas Jost liberou 100 milhões.

Conclusão

No período de 1961-1964, frações da classe empresarial, sob a liderança do bloco multinacional e associados, se organizou, através do IPES, para derrubar o presidente Goulart, e conquistar o Estado.

Com o golpe de Estado de 1º de abril de 1964, banqueiros, industriais e tecnoempresários do IPES assumem o controle do novo Estado e dinamizam o capitalismo. Tal ocupação lhes deu autonomia para reorganizarem o Estado, perpassarem por empresas estatais federais, decidirem sobre a sua composição e influenciarem sobre o aparelho do Estado, preservando seus interesses em detrimento da classe dominada.

Sem dúvidas, o setor financeiro foi o mais importante e determinante em assuntos econômicos do Estado, e teve a presença maciça de ipesianos nas instituições financeiras, assegurando normas de políticas fiéis aos seus ideais e interesses, já que uma grande parte era composta por proprietários e diretores de bancos particulares, como também acionistas e diretores de corporações industriais. Portanto, se deu o domínio econômico dos monopólios no interior do Estado, controlando as atividades dos governantes.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1985*. Bauru: EDUSC, 2005.

BASTOS, Renato Soares. *A burguesia perdida: empresariado industrial e desenvolvimento econômico*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

BRISO Neto, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas de financeiras da ditadura militar (1961-1966)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994

DINIZ, Eli. *Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985*. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar. Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.